

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 11 de outubro de 2024 • Nº 1908 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

2024

Vendas do comércio caem 0,3% em agosto

Em agosto deste ano, as vendas do comércio varejista no Brasil recuaram 0,3% em comparação a julho. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE). O estudo aponta, por outro lado, um crescimento de 5,1% em relação a agosto do ano passado e uma alta acumulada também de 5,1% ao longo dos oito primeiros meses de 2024. Já nos últimos 12 meses, o re-

sultado acumulado é um crescimento de 4%. Gerente da PMC, Cristiano Santos explica que a variação negativa no comércio varejista em agosto demonstrou estabilização no setor, diante do crescimento em julho. **PÁGINA 2**

CÂMARA

LULA MARQUES/ABRASIL



CNI eleva de 2,4% para 3,4% projeção de alta do PIB-2024

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve subir de 2,4% para 3,4% em 2024, projeta o Informe Conjuntural do 3º Trimestre, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem. O superintendente de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles explica o que levou a entidade a rever o crescimento do PIB deste ano de forma ex-

pressiva: "A CNI aumentou a previsão do PIB de 2024, principalmente, por causa do desempenho da economia no primeiro semestre, que foi muito positivo, acima das nossas expectativas". Além disso, segundo Telles, "os fatores que têm contribuído para o crescimento não devem desaparecer até o fim do ano". **PÁGINA 3**

Lira deve adiar votação de pacote 'anti-STF'

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**) não pretende, por enquanto, acelerar a tramitação dos projetos que limitam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda está em Alagoas, estado onde está sua base eleitoral e onde se dedicou a apoiar candidatura de aliados. Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou duas propostas de emenda constitucional e dois projetos que atingem o STF. Segundo pessoas próximas, Lira só retorna à capital federal na próxima semana e, até o momento, não deu qualquer indicação de que vai incentivar a votação célere das pautas aprovadas por larga maioria na CCJ com apoio de integrantes do Centrão. O presidente da Câmara, relata um auxiliar, já teria manifestado preocupação com uma das PECs aprovadas, a que dá ao Congresso poder de anular julgamentos do Supremo. **PÁGINA 5**

STF

LULA MARQUES/ABRASIL



Dino mantém suspensão do orçamento secreto de 'Lira'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino (**foto**) decidiu ontem manter a suspensão do pagamento de emendas parlamentares RP8 e RP9 (emendas de comissão e de relator ao orçamento), chamadas de "orçamento secreto". A decisão foi assinada pelo ministro após uma audiência de conciliação realizada na manhã de ontem entre representantes do Congresso e do Executivo. Dino entendeu que os representantes do Congresso não apresentaram "informações específicas, completas e precisas" para comprovar o cumprimento da decisão da Corte que determinou o fim das emendas do orçamento secreto. Para o ministro, a liberação das emendas não ocorrerá enquanto medidas de transparência e rastreabilidade dos recursos não forem adotadas plenamente pela Câmara e o Senado. "Ante o exposto, à vista das carências quanto ao cumprimento das determinações judiciais, permanece inviável o restabelecimento da plena execução das emendas parlamentares no corrente exercício de 2024, até que os Poderes Legislativo e Executivo consigam cumprir às inteiras a ordem constitucional e as decisões do plenário do STF", decidiu. **PÁGINA 5**

DIA DAS CRIANÇAS

Varejo do RJ deve movimentar R\$ 752 mi

PÁGINA 6

DATAFOLHA

Nunes lidera com 55% e Boulos tem 33%

A três finais de semana do segundo turno das eleições municipais, o levantamento divulgado pelo Datafolha ontem, aponta o prefeito e candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB) à frente da disputa, com 55% das intenções de voto. Concorrendo com ele, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) aparece com 33% das menções do cenário estimulado, em que os nomes da dupla são apresentados para os entrevistados. Segundo o levantamento, 10% dos eleitores afirmaram

que votariam em branco ou anulariam o voto caso o pleito fosse hoje. Outros 2% não sabem em quem votar. Este é o primeiro levantamento de segundo turno produzido pelo instituto. Nos anteriores, os cenários testados envolviam também o influenciador Pablo Marçal (PRTB), que perdeu as eleições. No último, divulgado na véspera do primeiro turno, o cenário entre Nunes e Boulos apontava a vitória do atual prefeito, com 52% contra 37% do deputado. **PÁGINA 4**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,30% / 130.352,86 / 390,80 / Volume: R\$ 17.258.241.300 / Negócios: 3.171.154			Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,62% (set.)	EURO turismo	Compra: 6,1734	Venda: 6,3569																						
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento			Taxa Selic		IPCA 15		CDI		OURO		DÓLAR comercial		DÓLAR turismo												
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	(18/09)	(18/09)	(11/10)	R\$ 475,25	Compra: 5,5860	Venda: 5,5866	Compra: 5,5819	+0,15%	Compra: 5,6237	Venda: 5,8037													
PDG REALT ON NM	0,01	0,00	0,00	SONDOTECNICAON	47,00	+33,33	+11,75	SONDOTECNICAPNB	47,00	-14,55	-8,00	Dow Jones	42.454,12	-0,14	S&P 500	5.780,05	-0,21	NASDAQ Composite	18.282,048	-0,05	DOTZ SA ON NM	5,880	-7,84	-0,500	Euronext 100	1.484,57	-0,20	EUCADEX ON N1	16,16	-6,43	-1,11	CAC 40	7.541,59	-0,24

MERCADOS



Bovespa sobe 0,3%, aos 130,3 mil pontos, com petróleo e foco nos EUA

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Assim como o dólar, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) manteve variação contida ao longo da tarde e conseguiu retomar a linha de 130 mil pontos, cedida no fechamento anterior pela primeira vez desde o começo de agosto. Ontem, contou com o apoio não apenas de Petrobras (ON +1,67%, PN +1,16%) e de Vale (ON +0,48%) como também da maioria das ações de grandes bancos (Itaú PN +0,55%, Bradesco ON +0,84%) à exceção de BB (ON -0,87%). Ao fim, o Índice Bovespa (Ibovespa) mostrava ganho de 0,3% na sessão, aos 130.352,86 pontos, entre mínima de 129.835,42 e máxima de 130.418,47 ontem.

O giro financeiro se enfraqueceu na sessão, a R\$ 17,2 bilhões. Na semana, o Ibovespa

caí 1,09% e, no mês, cede 1,11%. No ano, recua 2,86%.

Na ponta do Ibovespa, destaque nesta quinta para Cteep (+5,34%), Prio (+2,7%), Lojas Renner (+2,61%) e PetroReconcavo (+2,43%). No lado oposto, Azul (-5,99%), Carrefour (-2,71%), Klabin (-2,53%) e CSN (-2,47%). Em Nova York, os principais índices de ações fecharam em leve baixa, entre -0,05% (Nasdaq) e -0,21% (S&P 500).

DÓLAR

O dólar continuou instável no período da tarde, por fim fechando na estabilidade (0,00%) ontem. O dólar à vista, por sua vez, fechou estável (0,00%), a R\$ 5,587, ainda acumulando alta semanal de 2,32%. Às 17h27, o contrato para novembro registrava queda de 0,21%, a R\$ 5,5965.

MILIONÁRIOS

Haddad confirma que Lula recebeu cenários da reforma da renda

LULA MARQUES/ABRASIL



FERNANDA TRISOTTO E GIORDANNA NEVES/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), confirmou que o governo apresentou quatro cenários com propostas para a reforma da renda ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que incluem a tributação mínima para milionários. Ao deixar a sede da Pasta no período da tarde de ontem, o ministro disse que os textos são avaliados por Lula, que exige uma reforma neutra do ponto de vista arrecadatório.

"Eu não tomo nenhuma pressão sobre esse assunto porque há alguns critérios que o presidente faz questão que a medida tenha", disse Haddad.

Além da neutralidade de arrecadação, outro objetivo é seguir os passos dados na reforma sobre consumo, também equilibrada sob esta ótica, apontou o ministro. E, por fim, o de se aproximar da tributação média da OCDE para a tributação da renda, assim como ocorreu com os impostos sobre consumo.

"Apresentamos para o presidente os estudos. São quatro cenários e em cada cenário tem alguns exercícios sobre os parâmetros de cada um deles. Não é uma coisa simples e o presidente está avaliando cada um desses cenários e pedindo novos exercícios para a Receita

Federal", explicou o ministro.

Em relação ao prazo para o envio desses textos ao Congresso, Haddad disse que o governo prefere usar esse tempo para aprovar as medidas, o que só ocorrerá se forem produzidos bons textos.

Questionado pelo Grupo Estado se a reforma da renda terá um projeto único ou mais textos avulsos, Haddad disse que haverá mais de um "Haverá outros textos porque tem uma série de questões particulares, como o sistema financeiro, que vão ter um tratamento à parte, e tem questões menos controversas, já discutidas com o mercado e que vão ser encaminhadas", comentou.

A divulgação de uma reportagem sobre a tributação mínima para milionários gerou repercussão entre os agentes de mercado financeiro. Segundo Haddad, os parâmetros expostos não estão exatamente de acordo com os exercícios que estão sendo feitos.

"O mercado reage de acordo com a informação que ele recebe. Se não receber toda a informação, ele reage de acordo com a informação que ele recebeu. Não podemos nos preocupar com alguma reação momentânea do mercado, porque quando ele tiver clareza do que está em jogo, ele vai compreender e reagir corretamente", afirmou o ministro da Fazenda.

2024

Comércio recua 0,3% em agosto, mas acumula alta

FRANCIELLY BARBOSA/ABRASIL

Em agosto deste ano, as vendas do comércio varejista no Brasil recuaram 0,3% em comparação a julho. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo aponta, por outro lado, um crescimento de 5,1% em relação a agosto do ano passado e uma alta acumulada também de 5,1% ao longo dos oito primeiros meses de 2024. Já nos últimos 12 meses, o resultado acumulado é um crescimento de 4%.

Gerente da PMC, Cristiano Santos explica que a variação negativa no comércio varejista em agosto demonstrou estabilidade no setor, diante do crescimento em julho. "O comportamento do comércio em 2024 ainda é positivo, apenas em junho tivemos resultado efetivamente negativo (-0,9%). O aspecto negativo do resultado de

agosto é o fato de quatro das oito atividades pesquisadas terem registrado queda significativa, três ficarem estáveis e só uma ter apresentado alta".

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas reduziu 0,8% de julho para agosto. Em comparação, no mesmo período em 2023 houve um aumento de 3,1%.

SETORES

Em relação às atividades, sete das oito avaliadas pela PMC sofreram redução. Foram elas: outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,9%), livros, revistas e papelaria (2,6%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (2,0%) e móveis e eletrodomésticos (1,6%) tiveram as maiores quedas.

Outros setores com queda no volume de venda foram tecidos, vestuários e calçados (0,4%),

combustíveis e lubrificantes (0,2%) e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,1%). Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria foi o único setor que teve expansão entre julho e agosto de 2024, de 1,3%.

"As lojas de departamento são o principal tipo de empresa atuante no setor de Outros artigos de uso pessoal e doméstico. Elas tiveram, em 2023, um ano muito turbulento, com registros de problemas contábeis afetando alguns dos principais players desse mercado, fazendo com que revisassem seus balanços patrimoniais. Isso provocou ajustes em toda a cadeia produtiva, levando à redução do número de lojas físicas. O aumento da competição com outros nichos e a sazonalidade de promoções também influenciaram a queda no volume de vendas em agosto", avalia Santos.

ESTADOS

Nas unidades federativas, en-

tre julho e agosto de 2024, 17 dos 26 estados tiveram desempenho negativo no volume de vendas. Os piores resultados foram Minas Gerais, com queda de 2,4%, Tocantins, com 2,0% e Rondônia, com 1,8%. Por outro lado, Roraima (2,2%), Ceará (2,1%) e Bahia (1,3%) foram os estados que se destacaram com resultados positivos, registrando aumentos.

Cenário semelhante se manteve no comércio varejista ampliado. Em 16 estados foram registrados menor volume de vendas, com destaque para Mato Grosso do Sul, com redução de 4,5%, Minas Gerais, de 2,9% e Acre, de 2,5%.

Enquanto isso, os estados do Rio Grande do Sul (1,9%), Rio Grande do Norte (1,3%) e Roraima (1,3%) encerraram o mês de agosto com resultados positivos. Amapá e Distrito Federal foram as unidades federativas a registrar estabilidade (0,0%) de acordo com a pesquisa.

Varejo ainda está 'muito próximo' do patamar recorde de maio, avalia IBGE

DANIELA AMORIM/AE

Apesar da oscilação nos últimos três meses, o volume vendido pelo comércio varejista permanece "muito próximo" de seu pico histórico, avaliou Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De janeiro a agosto de 2024, em relação ao mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, houve redução no volume vendido em apenas duas ocasiões: janeiro (3,6%), fevereiro (0,7%), março (0,2%), abril (0,8%), maio (0,9%), junho (-0,9%), julho

(0,6%) e agosto (-0,3%).

"A gente tem que lembrar também que esse crescimento que houve até maio de 2024 foi um crescimento que levou o varejo ao patamar recorde da série de mais de 20 anos", disse Santos. "Então está muito próximo ainda do patamar de maio. Esse rebatimento que a série teve nos últimos três meses está preservando o patamar (de vendas) bastante elevado. É uma performance muito próxima do máximo da série global".

Após a queda de 0,3% no volume vendido em agosto ante julho, o varejo passou a operar 0,7% abaixo do patamar recorde

alcançado em maio de 2024. O volume vendido pelo varejo ampliado está 1,4% aquém do pico de agosto de 2012.

No entanto, o bom desempenho é sustentado basicamente por duas atividades: farmacêuticos e supermercados. As vendas de produtos farmacêuticos estão 0,1% abaixo do nível recorde de junho de 2024, enquanto supermercados operam em patamar 0,5% aquém do ápice de maio de 2024.

"Essas atividades são as principais responsáveis pelo desempenho positivo do varejo", frisou Santos.

As demais atividades man-

têm distâncias de dois dígitos ante o pico de vendas: material de construção, 12,8% aquém do pico de setembro de 2020; veículos, 14,0% aquém do pico de agosto de 2012; combustíveis, 19,6% aquém do ápice de outubro de 2014; móveis e eletrodomésticos, 21,3% aquém do ápice de setembro de 2020; vestuário, 30,1% abaixo do pico de dezembro de 2013; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 30,8% abaixo do ápice de julho de 2021; informática e comunicação, 38,5% aquém do pico de janeiro de 2015; e livros e papelaria, 76,4% abaixo do pico de janeiro de 2013.

AÉREA

Latam amplia em 50% número de voos para sete rotas internacionais

ELISA CALMON/AE

A Latam vai ampliar em 50% o número de voos para sete rotas internacionais de longa distância a partir da última semana de outubro. A alta é em comparação às viagens oferecidas no mês anterior. Serão 13 voos semanais adicionais para rotas que conectam o Aeroporto de Guarulhos (São Paulo) para Orlando, Los Angeles,

Joanesburgo, Milão, Roma, Lisboa e Barcelona.

Ao longo do ano, a companhia aérea tem observado aumento gradual na demanda por voos internacionais nestas rotas, utilizadas para negócios e lazer, segundo a diretora de Vendas e Marketing da Latam Brasil, Aline Mafra. "Nosso hub em Guarulhos desempenha um papel fundamental nessa expansão, permitindo-

nos aumentar a oferta de voos de maneira sustentável", afirma.

A Latam destaca que já havia programado e divulgado incrementos para a maioria dessas rotas a partir deste mês. No entanto, com o aquecimento ainda maior da demanda por voos internacionais no Brasil, resolveu fortalecer a operação acima do previsto inicialmente.

Além dos incrementos nas ro-

tas internacionais, a partir de 27 de outubro deste ano, o Grupo Latam começa a oferecer voo direto entre Santiago do Chile e Sydney (Austrália). Serão quatro voos semanais, que irão reduzir o tempo de viagem em quatro horas em relação ao voo que faz escala em Auckland (Nova Zelândia). Atualmente, a Latam conecta as cidades brasileiras com 90 aeroportos no exterior.

Nota

BC PUBLICA REGULAMENTO PARA SEGUNDA FASE DO PILOTO DO DREX

O Banco Central publicou ontem, as regras e procedimentos para a chamada pública à submissão de propostas de casos de negócios para testes na segunda fase do Drex, o projeto de moeda digital da autarquia. Entidades interessadas podem enviar propostas a partir da próxima segunda-feira, até 29 de novembro. "Poderão participar do projeto-piloto instituições atuantes no mercado financeiro que necessariamente tenham a

capacidade de testar o modelo de negócios proposto, incluindo transações de emissão, de resgate ou de transferência de ativos, bem como de executar a simulação dos fluxos financeiros decorrentes de eventos de negociação, quando aplicável ao caso em teste", informou o BC. As propostas devem, obrigatoriamente, envolver casos de negócio para implementação própria por meio de smart contracts na plataforma do piloto. Não há limitação da quantidade de casos de negócio que poderão ser selecionados, que dependerá do total de inscrições e da capacidade técnica e operacional da autarquia.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

CRESCIMENTO

CNI eleva de 2,4% para 3,4% projeção de alta do PIB 2024

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve subir de 2,4% para 3,4% em 2024, projeta o Informe Conjuntural do 3º Trimestre, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem.

O superintendente de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles explica o que levou a entidade a rever o crescimento do PIB deste ano de forma expressiva: "A CNI aumentou a previsão do PIB de 2024, principalmente, por causa do desempenho da economia no primeiro semestre, que foi muito positivo, acima das nossas expectativas". Além disso, segundo Telles,

"os fatores que têm contribuído para o crescimento não devem desaparecer até o fim do ano e o segundo semestre vai ter como base de comparação o período mais fraco da atividade em 2023".

Entre as razões para o desempenho da economia, sobretudo para sustentar a demanda e o investimento, estão o aumento do consumo das famílias, consequência de um mercado de trabalho aquecido; a alta da massa salarial e a maior oferta de crédito; além dos gastos do governo.

Apesar de prever menor intensidade, a confederação acredita que esses fatores seguirão impulsionando a atividade na

segunda metade de 2024.

CRESCIMENTO

A nova edição do Boletim de Mercado de Trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada na quarta-feira passada, confirma o quadro positivo relativo ao mercado de trabalho apontado pela CNI. Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipea ressalta que a força de trabalho e a população ocupada estão nos maiores maiores níveis registrados desde o início da série histórica do PNAD Contínua em 2012.

Em 2024, o Brasil registrou um aumento de 1,7% na força de trabalho, alcançando mais de 109 milhões de trabalhadores. Já a quantidade de cidadãos ocupados cresceu 3%, totalizando 101,8 mi de pessoas. A taxa de desocupação caiu 6,9%, esse é o menor número desde 2014.

O emprego formal também apresentou crescimento, com uma alta de 4% em comparação ao segundo trimestre de 2023, segundo os dados da PNAD Contínua. Além disso, o Novo Caged registrou a criação de 1,7 mi de novas vagas com carteira assinada.

JOGATINA

Cerca de 2.040 sites de jogos de apostas devm sair do ar hoje

GIORDANNA NEVES E FERNANDA TRISOTTO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, que cerca de 2.040 sites de jogos de apostas vão sair do ar a partir de hoje, por não terem obtido autorização para operar no País. A lista já foi, inclusive, repassada à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a quem caberá realizar as operações.

Ele disse que o governo tem condições técnicas para vedar qualquer meio de pagamento no uso das bets.

Questionado sobre a possibilidade de proibir o uso do cartão do Bolsa Família para jogos de apostas online, o ministro esclareceu: "O que eu disse para o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) é que nós temos condições técnicas, uma vez provocadas, de vedar a utilização de qualquer meio

de pagamento. Como fizemos, por exemplo, com cartão de crédito. Como fizemos com dinheiro livre. Essa lista pode ser acrescida de outros meios de pagamento."

Especificamente sobre o Bolsa Família, o ministro reforçou que o assunto está sendo tocado pelo ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias.

O ministro da Fazenda disse ainda que o governo tem pedido aos usuários que resgatem até esta quinta-feira os recursos dos sites que serão derrubados, já que, após saírem do ar, o processo ficará mais complexo. "Nesse momento, nós não temos como acionar uma empresa que está fora do Brasil para restituir o dinheiro. No site que a pessoa fez a proposta, ele tem o dinheiro que é dele, um prêmio, ele tem condição de impedir a restituição", comentou.

AGU

Supremo deve derrubar bets se regulamentação for insuficiente

LAVÍNIA KAUCZ/AE

Em manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu que, se a lei que regulamenta as apostas esportivas online não for suficiente para atenuar os danos das "bets", deve ser declarada inconstitucional a legislação que legalizou essa modalidade de apostas online, em 2018. O Mi-

nistério da Fazenda estima uma arrecadação de R\$ 3,4 bilhões em 2024 com a regulamentação.

"Caso as medidas protetivas implementadas não alcancem o efeito esperado de afastar a situação de inconstitucionalidade causada pelas apostas de quota fixa online, talvez não reste outra alternativa senão o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei n. 13.756/2018, que institui essa modalidade de lote-

ria em nosso ordenamento jurídico", afirmou o órgão.

A AGU disse que, apesar da regulamentação da matéria, os danos causados pela legalização das "bets" são "consideráveis" e impactam a saúde, a economia doméstica, a segurança de crianças e adolescentes, e contribuem para o vício em jogos de apostas.

O governo se manifestou a pedido do ministro Luiz Fux em

ação ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) contra a "Lei das Bets", sancionada no final do ano passado.

Em 11 de novembro, o STF realizará uma audiência pública sobre o tema. Fux convocou a audiência por entender que o tema tem "complexidade" e "natureza interdisciplinar, que envolve aspectos de neurociência, econômicos e sociais".

ANBIMA

Fundos têm resgate líquido de R\$ 53,9 bilhões em setembro

BRUNA CAMARGO/AE

Os fundos de investimento apresentaram resgates líquidos de R\$ 53,9 bilhões em setembro, segundo dados divulgados ontem pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Neste ano, os fundos acumulam saldo líquido positivo de R\$ 253,6 bilhões. O patrimônio líquido da indústria agora é de R\$ 9,4 trilhões, alta de 15,6% ante setembro de 2023.

O desempenho da indústria foi penalizado pelos fundos multimercados, que tiveram saídas líquidas de R\$ 53,9 bilhões, o volume mais alto de perda no ano. Desde janeiro, os multimercados acumulam resgates de R\$ 198,2

bilhões. "O aprofundamento nos resgates dos multimercados pode ser explicado pela recente alta da Selic e a perspectiva de que o Copom (Comitê de Política Monetária) continuará aumentando os juros até o fim deste ano", disse Pedro Rudge, diretor da Anbima, em nota.

Os multimercados do tipo livre (sem compromisso de concentração com alguma estratégia específica) tiveram a maior saída em setembro, no montante de R\$ 41,1 bilhões. Em seguida, vêm os multimercados investimento no exterior, com resgates de R\$ 15,3 bilhões. Já os multimercados macro, que realizam operações baseadas em cenários macroeconômicos de médio e longo prazos,

alcançaram captação líquida positiva de R\$ 4,5 bilhões.

Os fundos de ações tiveram resgates líquidos de R\$ 2,8 bilhões em setembro, mas ainda sustentam captação líquida positiva de R\$ 781,4 milhões no acumulado do ano. Os veículos do tipo investimento no exterior têm contribuído para a manutenção do saldo positivo, sendo o maior destaque de 2024 na categoria, com captação líquida de R\$ 18,2 bilhões.

Já na renda fixa, os fundos registraram entrada líquida de R\$ 839,5 milhões em setembro, ante R\$ 45,5 bilhões no mês anterior. O destaque da categoria foram os fundos do tipo duração livre crédito livre, que alcançaram captação

líquida de R\$ 8 bilhões. "O cenário macroeconômico continua favorável aos fundos de renda fixa. Em setembro, houve uma diminuição no fluxo de recursos para esse tipo de fundo, mas ainda é cedo para avaliarmos se esse movimento se manterá ou não", diz Rudge. Entre os motivos que podem ter causado essa queda, o diretor da Anbima cita a realocação dos investimentos para outros produtos e o aumento do custo da dívida.

Entre os fundos estruturados, os fundos de investimento em participações (FIPs) tiveram captação líquida de R\$ 2,3 bilhões em setembro e os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) registraram perdas de R\$ 1,8 bilhão.

Nota

STF COMEÇA HOJE JULGAMENTO DE R\$ 6 BI SOBRE IR DE 25% SOBRE VALORES RECEBIDOS NO EXTERIOR

O STFI começa a julgar hoje, se é válida a incidência da alíquota de 25% do Imposto de Renda (IR) retido exclusivamente na fonte sobre as pensões e os proventos de fontes situadas no Brasil e recebidos por pessoas físicas residentes no exterior. De acordo com a Lei de

Diretrizes Orçamentárias de 2024, a Receita estima um impacto de R\$ 6 bilhões em caso de derrota. O tema tem repercussão geral, ou seja, o resultado servirá de norte para o julgamento das demais ações que discutem o assunto em todo o País. No caso concreto, a União recorre de decisão do TRF-4, no Rio Grande do Sul, que julgou inconstitucional a alíquota de 25% do IR sobre a aposentadoria no regime brasileiro paga a uma pessoa que mora fora do País.

Espirial Serviços Psicológicos, Psicopedagógicos, Pedagógicos Ltda
CNPJ nº 34.104.399/0001-72 - NIRE nº 33.2.1122411-9
Redução do Capital Social: Considerando excessivo e inadequado em relação ao objeto social da sociedade, os sócios decidem reduzir o capital social da sociedade para R\$4.600.000,00.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de outubro de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para deliberar sobre a alteração de endereço de sede da Companhia, com a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2024. Maria Amália Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNião e RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CEFET/RJ

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90047/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O LABORATÓRIO DE SOLDAGEM, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CEFET/RJ UNED ITAGUAÍ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

NÚMERO DO PROCESSO: 23063.003515/2024-16

ENTREGA DAS PROPOSTAS: A partir de 11/10/2024 às 08h00 (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Em 23/10/2024 às 11h00 (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/

RETIRADA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br/

Itaguaí, 11 de outubro de 2024.
Luís Philippe da Silva Inglat
PREGOEIRO

NEWES SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 26.609.195/0001-65 - NIRE 33.3.0032274-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10/05/2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 10/05/2024, às 11h, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "Microsoft Teams", conforme permitido pelo art. 124, §2º-A da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), considerando-se realizada, para todos os fins legais na sede social da NEWES Seguros S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do RJ, RJ, na Av. Rio Branco, nº 01, cj. 806, parte, Centro, CEP 20090-003. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., em virtude da presença de acionista titular de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Lista de Presença de Acionistas que constitui Anexo I a esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Alberto Caputo; Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Foram tomadas pela única acionista, sem quaisquer ressalvas ou reservas, as seguintes deliberações constantes da ordem do dia: 4.1. Eleger o Sr. Henrique Grapêa Camillo, brasileiro, casado, executivo de seguros, RG nº 25.623.623-9, SSP-SP, CPF/ME nº 297.457.688-55, residente e domiciliado na Rua Afonso Celso Toledo Franco, 187, Chácara Bocaina, Amparo/SP, CEP 13902-834, para o cargo de Diretor Comercial, conforme facultado pela Carta Homologatória Eletrônica nº 42/2024/CGRAJ/DIR1/SUSEP, de 24/04/2024, com mandato a se encerrar em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que vier a apreciar as contas e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2024. 4.2. O diretor ora eleito aceita a nomeação e toma posse nesta data mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse, lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia, conforme Anexo II, e declara, para todos os fins, que conhece plenamente a legislação e está livre e não impedido por lei especial ou em virtude de condenação criminal, de exercer as atividades empresariais ou a administração da Companhia; ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do Art. 147 da Lei nº 6.404/76, declarando ainda cumprir e atender todos os requisitos e qualificações aplicáveis previstos na Resolução CNSP nº 422/21. 4.3. Registrar que, com as nomeações, a Diretoria fica composta da seguinte forma: (a) Diretor-Presidente e Diretor Financeiro: Sr. Carlos Alberto Caputo, brasileiro, separado judicialmente, executivo de seguros, RG nº 077.260.447-99, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, nº 01, cj. 806, parte, Centro, RJ, CEP 20090-003; (c) Diretor de Infraestrutura Organizacional e Compliance: Sr. Norberto Raul Caputo, argentino, naturalizado brasileiro, casado, executivo de seguros, RG nº 03.730.460-7, DETRAN/RJ, e CPF nº 414.044.757-53, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, nº 01, cj. 806, parte, Centro, RJ, CEP 20090-003; (d) Diretor Comercial: Henrique Grapêa Camillo, brasileiro, casado, executivo de seguros, RG nº 25.623.623-9, SSP-SP, CPF/ME nº 297.457.688-55, residente e domiciliado na Rua Afonso Celso Toledo Franco, nº 187, Chácara Bocaina, Amparo/SP, CEP 13902-834; (e) Diretor sem designação específica: Atila Andrade Santos, brasileiro, casado, advogado, RG nº 05.906.569-96, SSP-SP, CPF/ME nº 937.401.405-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado de SP, na Rua General Argolo, nº 102, Vila Invernada, CEP 03350-110; e (f) Diretor sem designação específica: Daniel Ilespa Garcia, brasileiro, casado, atuariário, RG nº 020.565.886-7, DETRAN/RJ, e CPF/ME nº 117.780.367-40, residente e domiciliado na Rua Barão de Lucena, nº 55, apto. 402, Botafogo, RJ/RJ, CEP 22260-020. 4.4. Ratificar as funções dos Diretores perante a SUSEP, conforme a seguir: 4.4.1. Funções de caráter executivo ou operacional: a. Diretor Responsável pelas Relações com a SUSEP: função atribuída ao Diretor de Subscrição, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida; b. Diretor Responsável Técnico (Circular SUSEP nº 234 e Resolução CNSP nº 432): função atribuída ao Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Ilespa Garcia; c. Diretor Responsável Administrativo-Financeiro: função atribuída ao Diretor-Presidente, Sr. Carlos Alberto Caputo; d. Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade: função atribuída ao Diretor-Presidente, Sr. Carlos Alberto Caputo; e. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados: função atribuída ao Diretor Comercial, Sr. Henrique Grapêa Camillo; f. Diretor responsável pela Política Institucional de Condução: função atribuída ao Diretor sem designação específica, Sr. Atila Andrade Santos; g. Diretor responsável pelo cumprimento das regras e sistemas de registro das operações de seguro: função atribuída ao Diretor sem designação específica, Sr. Atila Andrade Santos. 4.4.2. Funções de caráter de fiscalização ou controle: a. Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 445 e 612): função atribuída ao Diretor de Infraestrutura Organizacional e Compliance, Sr. Norberto Raul Caputo; b. Diretor responsável pelos controles internos: função atribuída ao Diretor de Infraestrutura Organizacional e Compliance, Sr. Norberto Raul Caputo. 4.5. Aprovar a alteração do art. 8º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 8º. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 Diretores e, no máximo, 6 Diretores, acionistas ou não, para mandatos unificados de 3 anos, sendo 1 Diretor-Presidente, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor de Infraestrutura Organizacional e Compliance, 1 Diretor de Subscrição, 1 Diretor Comercial e os demais sem designação específica (admitida a cumulação dos referidos cargos), todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição ou destituição antes do término do mandato." 4.6. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo III à presente ata. 4.7. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76 e autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária, na forma de sumário dos fatos ocorridos, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. A presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada a distância com a coleta das assinaturas por meio da plataforma Adobe Sign. Os presentes reconhecem e concordam com a assinatura através da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. As partes também concordam que a assinatura eletrônica desta Assembleia Geral Extraordinária não obsta ou prejudica sua exequibilidade. Esta Assembleia Geral Extraordinária produz efeitos para todas as partes a partir da data abaixo indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Rio de Janeiro, 10/05/2024. **A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. Mesa:** Carlos Alberto Caputo - Presidente. Daniel Barreto Gelbecke - Secretário. JUCERJA - NIRE: 333.0032274-4 - Protocolo: 2024/00796111-5 - Data do protocolo: 25/09/2024. Certifico o arquivamento em 27/09/2024 sob o nº 00006470793. Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.

CHURRASCADA

Filho de desembargador diz que depósitos em sua conta são de venda

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

Na mira da Operação Churrascada por suposto envolvimento com esquema de lavagem de dinheiro de venda de sentenças, o comerciante Ivo de Almeida Júnior, filho do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Ivo de Almeida, alegou em depoimento à Polícia Federal que depósitos de valores fracionados identificados em sua conta são decorrentes da venda de vinhos. Sobre sua sociedade em uma incorporadora que construiu um prédio de 30 andares na zona norte de São Paulo - ponto central da suspeita dos investigadores -, Ivo indicou que nunca administrou o negócio e que ficou com um apartamento, hoje alugado.

Ivo de Almeida Júnior depôs à Polícia Federal no último dia 1º no inquérito da Operação Churrascada, que investiga o desembargador Ivo de Almeida sob suspeita de ligação com venda de sentenças na Corte paulista.

Na carreira desde 1987, o desembargador foi afastado da presidência da 1ª Câmara de Direito Criminal do TJ em junho por ordem do ministro Og Fernandes, relator da Churrascada no Superior Tribunal de Justiça.

Ivo Júnior depôs ao delegado André Luiz Barbieri, da Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros da Polícia Federal.

Como mostrou o *Estadão*, a PF esprieta o desembargador e sua conduta em processos nos quais teriam sido negociadas sentenças de acordo com a "gravidade" de cada caso.

A defesa do magistrado nega enfaticamente ligação de Ivo de Almeida com atos ilícitos, prega sua inocência e afirma que a Operação Churrascada nada irá provar contra ele. Dezenas de criminalistas renomados hipotecaram solidariedade ao desembargador, a quem atribuem comportamento pautado pela ética.

O relato de Ivo Júnior à PF neutraliza trechos importantes da linha de investigação da Operação Churrascada. Uma vertente da apuração imputa enriquecimento à família de Ivo de Almeida. Os investigadores questionaram, por exemplo, se a residência do magistrado é ornada com obras de arte. Perguntaram a Ivo Júnior, especificamente, sobre um quadro encontrado com o desembargador, obra do pintor Alfredo Volpi, reconhecido pela crítica como um dos artistas mais destacados da segunda geração do modernismo. "O quadro foi um presente do pintor a meu pai, quando ele

advogava há cerca de 40 anos", esclareceu Ivo Júnior.

Movimentações financeiras do filho do desembargador despertaram a atenção da PF por causa de diversos depósitos em espécie registrados em suas contas, totalizando R\$ 170 mil.

A todas as indagações Ivo Filho respondeu. Ele explicou que os depósitos são relativos a valores de suas vendas. Informou que fracionou os depósitos para o dinheiro 'cabem no envelope' e que fazia as operações no caixa eletrônico porque era muito mais prático.

Nos autos da Operação Churrascada, a Procuradoria-Geral da República apontou indícios de possível utilização do empreendimento do qual o comerciante é sócio para a lavagem de dinheiro - inclusive pelo desembargador - considerando os créditos na conta da empresa, sem identificação da origem.

De acordo com a PF, 84,91% do valor recebido nas contas do empreendimento (R\$ 8,4 milhões de um total de R\$ 9,9 milhões) não têm identificação da origem do recurso. Ivo Júnior foi sócio de uma incorporadora constituída para a construção de um edifício de 30 andares na rua Carolina Soares, zona Norte de São Paulo. A PGR sustenta que o desembargador seria o real proprietário de três unidades do empreendimento. Segundo a Procuradoria, os apartamentos teriam sido adquiridos com os 'provetos do crime, na tentativa de ocultar o capital ilícito recebido pelos envolvidos'.

A Procuradoria informou o STJ que encontrou na caixa de e-mail de Ivo uma pasta com o nome do empreendimento, mensagens enviadas pela administradora do edifício e boletos a pagar referentes a dois apartamentos. Ivo Júnior narrou à PF que alguns amigos de seu pai resolveram criar a incorporadora e ficou resolvido que ele entraria como sócio. Cada sócio recebeu 10 cotas do prédio, o que lhes deu o direito de vender as unidades. O filho do magistrado assinalou que não vendeu nenhuma cota. Segundo ele, o administrador do prédio tratava diretamente com seu pai. Explicou que ficou com um apartamento, o qual hoje está alugado.

Em seu depoimento, o comerciante contou ter pago R\$ 225 mil pelo apartamento e que seu pai emprestou R\$ 200 mil. Dois apartamentos ficaram com seus irmãos e as outras sete cotas foram repassadas aos sócios. Ivo Júnior contou ainda que só ficou sabendo, no bojo da investigação, que os boletos das unidades dos irmãos estavam em seu nome.

SABATINA

Boulos: Nunes cometeu crime contra a cidade

GEOVANI BUCCI/AE

Em sabatina realizada ontem, pela rádio *CBN*, *O Globo* e *Valor Econômico*, o candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, acusou o adversário, o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), de cometer um crime

contra a cidade, favorecendo a especulação imobiliária.

Ao falar da especulação imobiliária, o candidato do PSOL fez um contraponto com o aumento da população de rua na capital paulista, que precisa de moradia, que é uma de suas bandeiras. "Precisamos lidar com a chaga que é a população em situação de rua em São Paulo", voltou a dizer.

Na sabatina, o psolista falou novamente sobre a maneira de atrair eleitores de Pablo Marçal (PRTB), que teve mais de 28% dos votos no primeiro turno das eleições de São Paulo, citando por exemplo o estímulo ao empreendedorismo e também a proposta de investimento de esportes nas escolas.

Boulos questionou o atual

prefeito Ricardo Nunes (MDB) sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em sua gestão, caso seja reeleito e quais secretários o ex-presidente vai indicar.

Nas críticas ao adversário, Boulos disse também que o prefeito infringiu leis em sua gestão, 'de maneira sistemática', inclusive alertado pelo STF.

DATAFOLHA

Nunes lidera com 55% e Boulos esta com 33% no segundo turno

KARINA FERREIRA/AE

A três finais de semana do segundo turno das eleições municipais, o levantamento divulgado pelo Datafolha ontem, aponta o prefeito e candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB) à frente da disputa, com 55% das intenções de voto.

Concorrendo com ele, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) aparece com 33% das menções do cenário estimulado, em que os nomes da dupla são apresentados para os entrevistados.

Segundo o levantamento, 10% dos eleitores afirmaram que votariam em branco ou anulariam o voto caso o pleito fosse hoje. Outros 2% não sabem em quem votar.

Este é o primeiro levantamento de segundo turno produzido pelo instituto. Nos anteriores, os cenários testados envolviam também o influenciador Pablo Marçal (PRTB), que perdeu as eleições. No último, divulgado na véspera do primeiro turno, o cenário entre Nunes e Boulos apontava a vitória do atual prefeito, com 52% contra 37% do deputado.

O Datafolha entrevistou 1.204 eleitores de São Paulo entre os dias 8 e 10 de outubro. A margem de erro do levantamento é de três pontos para mais ou para menos, e o nível e confiança é de 95%. O registro no Tribunal Superior Eleitoral (STF) é o SP-04306/2024.

PESQUISA ESPONTÂNEA

A pesquisa sobre também

apurou as intenções de voto no cenário espontâneo, em que os nomes dos candidatos não é apresentado para os entrevistados. Nele, Nunes tem 41% das menções, ante 29% de Boulos. Outros 2% afirmaram que votariam "no atual" e também 2% votariam "no 15", em referência ao número de urna de Nunes.

No cenário, 4% dos entrevistados deram outras respostas; 10% votaria em branco ou nulo e 12% não soube responder.

DECISÃO DO VOTO

A maioria dos entrevistados, 85%, afirmou já estar "totalmente decidido" sobre o voto em seu candidato escolhido. Os outros 15% afirmaram que ainda podem rever e mudar de decisão.

Entre os eleitores do atual

prefeito, 85% disse estar decidido a votar nele, enquanto em Boulos esse índice é de 86% de seus eleitores.

ESCOLHA

A pesquisa questionou os entrevistados sobre se julgam o candidato que escolheram como "ideal" ou se votarão nele apenas porque "não há opção melhor". A maioria, 59%, afirmou não haver opções melhores, enquanto para 40%, o candidato é, sim, ideal.

Entre os eleitores de Nunes, 68% julga que vota nele por falta de alternativa melhor, enquanto 31% o consideram ideal. Já entre o eleitorado de Boulos, 56% avalia que o psolista é ideal, enquanto 43% acredita que não há opção melhor.

Votos nulos e brancos no segundo turno em São Paulo representam 10%

GEOVANI BUCCI
E LUCCAS LUCENA/AE

Os eleitores que vão anular ou votar em branco no segundo turno na disputa da Prefeitura de São Paulo representam 10% do total, de acordo com pesqui-

sa Datafolha divulgada ontem. É o primeiro levantamento divulgado neste segundo turno da corrida eleitoral.

O atual prefeito e candidato à reeleição à Prefeitura de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), está 22 pontos percentuais à frente

de Guilherme Boulos (PSOL) nas intenções de voto para o segundo turno. Nunes aparece com 55% das intenções de voto, enquanto Boulos tem 33%. A margem de erro é de 3 pontos para mais ou para menos.

A pesquisa, encomendada

pela TV Globo e a Folha de São Paulo, foi realizada entre 8 e 9 de outubro e entrevistou presencialmente 1.204 pessoas acima de 16 anos na cidade de São Paulo. O registro na Justiça Eleitoral tem o protocolo SP-04306/2024.

LULA & BOLSONARO

Kassab descarta nacionalização do 2º turno e nega ataque especulativo ao PSDB

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, não acredita na possibilidade de nacionalização do segundo turno das eleições municipais em São Paulo, apesar do apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro a Ricardo Nunes (MDB) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Guilherme Boulos (PSOL).

Em entrevista à Rádio Eldora-

do, ele disse que a nova etapa não será diferente do primeiro turno, quando houve pouca participação dos "padrinhos" políticos de Nunes e Boulos. "A grande diferença do segundo turno é que os eleitores vão conhecer os candidatos com mais profundidade. O candidato quase fica nu diante do eleitor", afirmou Kassab ontem.

Ele destacou como funda-

mental para Nunes o apoio de Tarcísio de Freitas, mas disse que o governador paulista não entrou ideologicamente na campanha nem fará distinção no relacionamento com Boulos caso o candidato do PSOL seja o eleito.

Na entrevista, Kassab também negou que o PSD tenha feito um "ataque especulativo" ao PSDB, como sugeriu o presiden-

te nacional da legenda, Marconi Perillo, ao comentar o mau resultado da agremiação nas eleições e a perda de filiados. Ele não considerou a fala de Perillo como agressão. "O PSDB foi perdendo musculatura e não se renovou. Os que saíram iam sair de qualquer maneira. O crescimento do PSD não foi às custas do PSDB", enfatizou.

BGS

Brasil Game Show começa em São Paulo

Começou ontem a 15ª edição do Brasil Game Show (BGS) 2024 no Expo Center Norte, em São Paulo. São mais de 400 estandes de grandes marcas do mercado de jogos eletrônicos digitais e a presença de 3 mil influenciadores do segmento. O evento segue até o próximo domingo, com programação que inclui desde campeonatos de eSports, shows musicais, convi-

dados internacionais, lançamento de games e testes de novos jogos.

A expectativa da organização é de que esta edição seja a maior já realizada. Cerca de 2 milhões de pessoas já passaram no evento, realizado desde 2009.

Segundo informações dos organizadores, "a BGS tem um DNA essencialmente gamer e é

uma feira diferente de tudo o que existe no segmento. A cada edição apresenta mais atrações para o público se divertir com milhares de estações, sejam máquinas arcade, plataformas mobile, PCs, óculos de realidade virtual, consoles, board games, card games ou qualquer outra forma de jogar."

Mesmo com a ausência dos dois maiores fabricantes de

consoles para games do mercado, Xbox e Playstation, o encontro é uma das grandes referências do universo gamer, sendo uma oportunidade aos participantes fr conhecerem jogos que só devem ser lançados nos próximos meses.

Os preços dos ingressos variam de R\$ 199 (válido para um dia) até a modalidade camarote passaporte, por R\$ 3.999, que traz opções de acesso antecipado aos espaços, ao camarote da arena principal e direito a um kit. Mas há promoções para meia-entrada aos que doarem um quilo de alimento não perecível, a idosos com mais de 60 anos, pessoas com deficiência e estudantes com a carteirainha original.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-3

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 89ª (OCTOGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª e 2ª Séries da 89ª (octogésima segunda) Emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula Décima Quarta e seguintes do Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Duas Séries, Da 89ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), formalizado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob nº 36.11.876/0004-34 ("Agente Fiduciário") e a Emissora, a se reunirem em 30 de outubro de 2024, às 15:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Declarar ou não Vencimento Antecipado da Operação, nos termos das Cláusulas 4.17.1, (iv), do Termo de Securitização e 6.1, (iv), da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira ("CPR-F"), em face propositura de ação judicial, processo de Tutela Cautelar pré Recuperação Judicial ("Tutela Antecedente") ajuizado pelo Grupo AGROPECUÁRIA CONSENTINI LTDA., na da Comarca de Gupuri/Tocantins, processo sob nº 0012084-51.2024.8.27.2722/TO, em trâmite perante a 1ª. Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais Regional, cujo pedido da ação foi ajuizada com fulcro no artigo 20-B da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências), requerendo a suspensão de todos os processos de execução em trâmite que tenham a AGROPECUÁRIA CONSENTINI LTDA. (ii) Caso aprovado o Vencimento Antecipado da Operação, previsto no item (i) acima, deliberar sobre as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, visando o resguardo e a proteção dos interesses dos Titulares dos CRA, na forma prevista no Termo de Securitização, demais Documentos da Operação e na legislação aplicável; (iii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial de Titulares dos CRA serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.12 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma *Microsoft Teams*. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) cópia da pessoa física, documento de identidade, quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e quando for representado por procurador, procuração emitida há menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora, conforme informados acima. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 10 de outubro de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

STF

Dino mantém suspensão de emendas do orçamento secreto

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino decidiu ontem manter a suspensão do pagamento de emendas parlamentares RP8 e RP9 (emendas de comissão e de relator ao orçamento), chamadas de "orçamento secreto".

A decisão foi assinada pelo ministro após uma audiência de conciliação realizada na manhã de ontem entre representantes do Congresso e do Executivo.

Dino entendeu que os representantes do Congresso não

apresentaram "informações específicas, completas e precisas" para comprovar o cumprimento da decisão da Corte que determinou o fim das emendas do orçamento secreto.

Para o ministro, a liberação das emendas não ocorrerá enquanto medidas de transparência e rastreabilidade dos recursos não forem adotadas plenamente pela Câmara e o Senado.

"Ante o exposto, à vista das carências quanto ao cumprimento das determinações judiciais, permanece inviável o restabelecimento da plena execução das emendas parlamentares no corrente exercício de 2024, até que os Poderes Legislativo e Executivo consigam cumprir às inteiras a ordem

no corrente exercício de 2024, até que os Poderes Legislativo e Executivo consigam cumprir às inteiras a ordem constitucional e as decisões do plenário do STF", decidiu.

ENTENDA

Em dezembro de 2022, o STF entendeu que as emendas chamadas de RP 8 e RP 9 são inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte.

No entanto, o PSOL, partido

que entrou com a ação contra as emendas, apontou que a decisão continua em descumprimento.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, relatora original do caso, Flávio Dino assumiu a condução do caso.

Em agosto deste ano, Dino determinou a suspensão das emendas e decidiu que os repasses devem seguir critérios de rastreabilidade. O ministro também mandou a Controladoria-Geral da União (CGU) auditar os repasses realizados pelos parlamentares por meio das emendas do orçamento secreto.

Dino: 'permanece grave e inaceitável' descumprimento de decisão do STF

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, Supremo Tribunal Federal (STF), disse que "permanece grave e inaceitável" o quadro de descumprimento da decisão que declarou a inconstitucionalidade do orçamento secreto, em 2022.

Ele manteve suspensa a execução das emendas até que o Legislativo e o Executivo apre-

sentem medidas efetivas para identificar a autoria das emendas e dar transparência e rastreabilidade aos repasses.

"À vista das carências quanto ao cumprimento das determinações judiciais, permanece inviável o restabelecimento da plena execução das emendas parlamentares no corrente exercício de 2024, até que os Poderes Legislativo e Executivo consigam cumprir às inteiras a ordem

constitucional e as decisões do Plenário do STF", afirmou Dino na decisão.

O ministro destacou que o Congresso se limitou a apontar que as soluções serão definidas por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLP), cuja tramitação ainda não iniciou. Em relação ao Executivo, Dino considerou que foram apresentadas respostas "objetivas".

De acordo com Dino, tanto

esse processo quanto os que tratam sobre as "emendas pix" serão "oportunamente apresentadas ao Plenário do STF" assim que forem apresentados os documentos requisitados e uma nova lei que seja compatível com a Constituição. "Na condição de relator, espero que isso ocorra com a brevidade necessária e congruente com as relevantes controvérsias debatidas nos autos", concluiu.

CÂMARA

Lira não tem plano de acelerar votação de pacote 'anti-STF'

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) não pretende, por enquanto, acelerar a tramitação dos projetos que limitam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda está em Alagoas, estado onde está sua base eleitoral e onde se dedicou a apoiar candidatura de aliados. Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou duas propostas de emenda constitucional e dois projetos que atingem o STF.

Segundo pessoas próximas, Lira só retorna à capital federal na próxima semana e, até o momento, não deu qualquer indicação de que vai incentivar a votação célere das pautas aprovadas por larga maioria na CCJ com apoio de integrantes do Centrão. O presidente da Câmara, relata um auxiliar, já teria manifestado preocupação com uma das PECs aprovadas, a que dá ao Congresso poder de anular julgamentos do Supremo. Mas segue sem se posicionar sobre as demais propostas.

A segunda PEC votada na CCJ impõe restrições às decisões monocráticas de ministros do STF, medida que é defendida por boa parte dos congressistas, incluindo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Essa PEC já foi aprovada na Casa legislativa presidida pelo senador mineiro e ficou travada por quase nove meses até ser remetida para apreciação da CCJ.

Até o momento, Lira retardou ao máximo a apreciação das propostas. A PEC aprovada pelo Senado chegou na Câmara em 6 de dezembro de 2023. Ficou parada na direção da Mesa até o dia 19 de agosto deste ano. Ou seja, ficou travada por quase 8 meses. Já a segunda PEC, que autoriza o Congresso a derrubar decisões do STF, foi apresentada originalmente na Câmara pelo deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR) em julho deste ano. Seguiu para a CCJ no mesmo dia da outra PEC.

Os dois projetos foram entregues à comissão que é presidida pela deputada bolsonarista Ca-

roline de Toni (PL-SC) momento em que o ministro Flávio Dino, do Supremo, emitiu decisões travando emendas aos Orçamento. O gesto de tirar as propostas da gaveta foi interpretado como uma retaliação.

Entre aliados de Lira a explicação sobre como o tema vem sendo tratado na Câmara dá conta de que o timing de tramitação das propostas segue uma "velocidade política". Ou seja, os projetos são vistos como trunfo do Congresso no embate com o Judiciário sobre o direito dos parlamentares de continuarem dando as cartas no repasse de recursos da União por meio de emendas ao Orçamento

A tramitação das propostas também está comprometida pelo calendário eleitoral. O segundo turno das eleições municipais está marcado para o dia 27 de outubro. Até lá, não haveria quórum seguro para garantir aprovação de medidas polêmicas. Há ainda na mesa a disputa pelo cargo de Lira, que deixará a presidência da Câmara no início do próximo ano.

"É tudo um jogo político para se tentar definir a presidência da Câmara", diz Fausto Pinato (PP-SP). Ele foi um dos membros trocados na CCJ pelo PP, de Lira, para garantir a aprovação de projetos ligados à pauta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O PL é o partido com o maior número de deputados na Câmara - são 92. O número de apoiadores de pautas bolsonaristas na Câmara é estimado entre 140 e 150 dos 513 parlamentares. "Se o governo não entrar na parada, o que os deputados irão fazer? Fica mais fácil seguir a onda da internet para não perder voto", conclui Pinato.

Governistas se dizem otimistas que podem impedir a tramitação das proposições. Na leitura desses deputados, derrubar os textos ainda na CCJ seria mais custoso do que nas comissões especiais e no plenário.

De acordo com Hélder Salomão (PT-ES), que participou das

negociações na CCJ, a agenda está intensa até fevereiro do próximo ano, quando haverá a sucessão de Lira na presidência da Câmara. "A gente tem dúvida se isso vai prosperar e chegar a ser apreciado no plenário. Estamos num momento delicado, com segundo turno, sucessão do Lira. Tudo isso dificulta as articulações para que essas matérias prosperem", afirma.

Caso as iniciativas, prosperem, ele avalia que é possível o próprio STF derrube as propostas. "Se em último caso isso acontecer, nós já denunciaremos a inconstitucionalidade dessas matérias", diz.

A negociação se dará no colégio de líderes. Petistas querem intensificar os diálogos para derrubar as propostas na próxima semana, mas isso depende se o próprio Lira convocará sessões ou não.

Deputados do governo desejam que haja discussão já nos próximos dias, enquanto parlamentares do Centrão afirmam que a Câmara só deverá retomar as atividades no final de outubro, após o segundo turno. Ainda não há definição sobre quando haverá nova agenda na Casa.

Desse modo, cresce a pressão sobre o governo. No Congresso, ainda falta votar neste ano a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que aguarda a definição sobre o acordo das emendas, e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Ainda há a possibilidade de da Câmara ainda votar projetos complementares da reforma tributária se as matérias voltarem do Senado.

O líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (União-BA), já fez acenos para o governo. No dia anterior à votação do pacote que atinge o STF, o partido dele orientou pela obstrução ao projeto de lei que trata da anistia aos presos do 8 de janeiro.

Elmar é um dos postulantes à presidência da Câmara. Há alguns meses, ele era o favorito e contava com o apoio de Lira, a quem chama de amigo, mas

ESPIONAGEM

Polícia Federal prende investigado no caso da 'Abin paralela'

Em nova fase da Operação Última Milha, a Polícia Federal (PF) cumpriu, ontem, um mandado de prisão preventiva e dois mandados de busca e apreensão em Brasília. O nome do investigado detido não foi revelado. A operação apura o uso irregular da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para favorecer filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, monitorar ilegalmente ministros do STF e políticos opositores.

De acordo com a PF, um dos suspeitos recebia conteúdos de desinformação produ-

zidos pela organização criminosa e os espalhava entre parlamentares, ambiente no qual transitava. O material também era enviado a agentes estrangeiros, induzindo-os ao erro. Mesmo após a desarticulação do grupo, ele continuou difundindo notícias falsas por meio de redes sociais.

Os investigados podem responder pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, interceptação clandestina de comunicações e invasão de dispositivo informático alheio.

PENSÕES

Mulher que enganou Exército vai ter que devolver R\$ 3,2 milhões

GABRIEL DE SOUSA/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou, no dia 2 de outubro, uma mulher de Campo Grande (MS) a devolver R\$ 3.194.516,77 que recebeu, por mais de 30 anos, em uma pensão militar irregular. Ana Lúcia Umbelina Galache de Souza usou documentos falsos para se passar como filha de um ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, e recebeu o benefício entre 1988 e 2022. Além da devolução de todas as pensões depositadas nos 34 anos, cujo valor foi corrigido historicamente pelo TCU, Ana Lúcia também foi condenada a pagar uma multa de R\$ 1 milhão por danos ao erário. Ela também está impedida de ocupar cargos públicos até 2032. O caso foi revelado pelo portal Metrópoles e confirmado pelo *Estadão*.

Esse não foi o primeiro revés sofrido pela campo-grandense. Em fevereiro do ano passado, ela foi condenada pelo Superior Tribunal Militar (STM) a três anos e três meses de reclusão pelo crime de estelionato. ADPU recorreu da decisão, afirmando que não teve dolo, ou seja, intenção de cometer a infração. Conforme adiantado pelo *Blog do Fausto*, do *Estadão*, o ministro Artur Vidigal, do STM, Liberou o julgamento do recurso. No processo que corre na Justiça Militar, é calculado que Ana Lúcia recebeu R\$ 3,7 milhões dos cofres públicos entre 1988 e 2022. De acordo com a sentença do STM, a mulher contou com a ajuda da avó, Conceição Galache de Oliveira, para fraudar os documentos. Na década de 1980, quando ela ainda era uma adolescente,

foi enviada uma certidão de nascimento falsa que dizia que o nome dela era Ana Lúcia Zarate, filha do ex-combatente Vicente Zarate, que morreu em 1988 sem deixar filhos. Na verdade, Vicente era o tio-avô de Ana Lúcia.

Ainda segundo a sentença, o caso foi descoberto em 2021, quando a avó exigiu R\$ 8 mil de Ana Lúcia e, caso contrário, iria denunciá-la. A queixa foi feita à Polícia Civil do Mato Grosso do Sul (PC-MS) e a idosa faleceu pouco tempo depois.

"(Ana Lúcia) confirmou também que a pensão do Exército atualmente está suspensa e que tudo veio à tona depois que a sua avó Conceição exigiu R\$ 8.000,00, caso contrário, iria denunciá-la, e que ela acabou denunciando. Ratificou que usava o nome Ana Lúcia Zarate somente para fins de pensão militar e que esse nome constava na sua identidade militar", diz um trecho da sentença do STM.

A mulher confessou ter cometido o crime de estelionato ao STM, e disse que o crime foi possível graças à entrega da certidão de nascimento falsa, em 1988, por parte da avó. Por já ter falecido, Conceição não responde criminalmente pelos delitos.

Nas redes sociais, como o Instagram e o Facebook, a mulher se apresenta como "Ana Lúcia Galache", dispensando o sobrenome que garantiu irregularmente a pensão militar por mais de três décadas. De acordo com o TCU, Ana Lúcia recebeu, entre 2004 e 2022, uma pensão mensal de R\$ 4.952 (valores corrigidos historicamente pela Corte de Contas). Entre os anos de 1988 e 2003, os depósitos variavam entre R\$ 2.028 e R\$ 8.299,80.

LEONARDO

Cator paga indenização por 'trabalho escravo'

RENATA OKUMURA/AE

O cantor Leonardo pagou R\$ 225 mil em indenizações aos seis trabalhadores, um deles adolescente, resgatados em situação considerada degradante em uma fazenda arrendada pelo artista, no município de Jussara, em Goiás, em novembro de 2023, durante operação do Ministério do Trabalho e Emprego. A informação foi confirmada nesta quinta-feira, 10, pela Defensoria Pública da União (DPU). O nome civil do sertanejo, Emival Eterno da Costa, chegou a ser incluído, na última segunda-feira, na "lista suja" do governo federal de empregadores que submetem trabalhadores a condições análogas à escravidão. O artista se defendeu, por

meio das redes sociais, para dizer em um vídeo que a área objeto da ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) estava arrendada para terceiros e que ele não tinha responsabilidade pelos trabalhadores que estavam lá. Ele afirmou que considera que sua inclusão na lista suja era um "equivoco". Participaram da operação de fiscalização a DPU, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. "Os trabalhadores estavam vinculados à Fazenda Talismã, pertencente ao cantor Leonardo, e atuavam na Fazenda Lakanka, arrendada pelo cantor, na limpeza de terreno para o cultivo de soja, sem qualquer registro formal de trabalho", disse a PDU.

COMÉRCIO

Dia das Crianças deve movimentar R\$ 752 milhões no varejo do RJ

O Dia das Crianças, que será comemorado no próximo sábado, deve movimentar R\$ 752 milhões no comércio varejista do Rio de Janeiro, este ano. A estimativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que prevê uma concentração maior, no volume de vendas, nos segmentos de vestuário e calçados, seguidos pelos de eletroeletrônicos e brinquedos.

“As datas comemorativas impactam significativamente na economia. Além de impulsionar o comércio varejista, geram milhares de empregos temporários, muitos dos quais se tornam efetivos, e renda para a população. O Dia das Crianças é considerado o terceiro evento mais relevante para o varejo e o aumento da atividade econômica,

motivado pela data, também impacta positivamente na arrecadação do estado”, comentou o governador Cláudio Castro.

Confirmada a previsão da CNC, o resultado do Dia das Crianças, este ano, será 11,4% superior ao registrado em 2023, quando a previsão de vendas no Estado do Rio foi de R\$ 675 milhões.

“Em volume de vendas, o Dia das Crianças, fica atrás apenas do Natal e do Dia das Mães. A contratação temporária, por necessidade de mão de obra extra em datas comemorativas, é sempre importante para o mercado de trabalho, por ser uma possibilidade de efetivação”, avaliou a secretária interina de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Fernanda Curdi.

REGIME SEMIABERTO

Silveira diz a Moraes que tem 'propostas de estágio e trabalho

PEPITA ORTEGA/AE

Após conseguir a progressão para o regime semiaberto, o ex-deputado Daniel Silveira já está na Colônia Agrícola Marco Aurélio Vargas Tavares de Mattos, em Magé, no Rio, onde detentos participam de um projeto de plantio de árvores nativas da Mata Atlântica. No entanto, o ex-parlamentar bolsonarista pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, para trabalhar fora do presídio, inclusive citando propostas que teria recebido: de estágio em escritório de advocacia e de trabalho em uma academia.

Na quarta-feira passada, a defesa do bolsonarista pediu a Moraes que autorize o trabalho externo de Silveira, reclamando que já foram feitos 58 pedidos de semelhante teor ao magistrado.

A solicitação foi feita dois dias após o ministro do STF lhe conceder a progressão de regime, abatendo 140 dias de sua pena, em razão de atividades na cadeia, entre estudos e labor.

Para alcançar o benefício, Silveira teve de pagar multa corrigida de R\$ 271 mil por violar a tornozeleira eletrônica quando estava em prisão domiciliar. Os advogados ainda querem que o parlamentar cumpra o semiaberto - no qual o preso pode trabalhar de dia e se recolher à noite e nos finais de semana - em regime domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica. A banca argumenta a “impossibilidade de deslocamentos” entre Magé, onde a colônia agrícola está situada, a Petrópolis, onde Silveira mora. São 100 quilômetros de ida e volta, segundo os advogados.

Eles destacam os “altos custos e riscos de tais deslocamentos”.

Ainda de acordo com a defesa, se deferido o trabalho externo do ex-parlamentar, será garantido a Silveira o “direito ao devido tratamento médico e realização do estágio, para dignificar a sua condição de formação acadêmica”.

A possibilidade de Silveira fazer um estágio em um escritório de advocacia foi aventada em documento apresentado ao gabinete de Moraes em setembro. Na ocasião, a defesa levou ao ministro uma carta de emprego - de auxiliar administrativo em uma academia de Petrópolis - e um outro documento com situação universitária de estudos do curso de Direito, com indicação de estágio para conclusão do curso.

No final do mês passado, Silveira passou por avaliação psicológica e manifestou a “intenção de trabalhar para sustentar a si e sua família, retorno ao convívio familiar, e terminar a faculdade de Direito”, diz a defesa.

“Quanto às perspectivas para o futuro, faz planos de retomar os estudos e terminar a graduação em Direito. Informa já ter uma proposta de estágio em escritório de advocacia e também uma proposta de trabalho em uma academia. Afirma o desejo de aproveitar melhor o tempo com a família porque a política demandava muito tempo de dedicação e pelo afastamento atual, decorrente da prisão. Segundo ele, o principal plano é voltar para o convívio familiar. Também refere o desejo de, futuramente, prestar concurso público na área jurídica”, registra documento intitulado ‘laudo do procedimento’.

Nota

RIO DE JANEIRO REGISTRA MAIS DE R\$ 1 BILHÃO NA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA

O Governo do Rio de Janeiro registrou mais de R\$ 1,006 bilhão na recuperação de créditos da Dívida Ativa de janeiro a setembro deste ano. Segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), o resultado representa um recorde histórico em período sem concessão de anistia, que incentiva o pagamento de tributos por meio de renegociação e também prevê cancelamento ou perdão de dívidas com o Estado. A maior parte do montante - de R\$ 346,110 milhões - foi arrecadada via parcelamentos especiais. Em seguida, aparecem os pagamentos à vista efetuados por meio de negociações em juízo (R\$ 176,178 milhões) e os ajuizados de parcelamento (R\$ 152,972 milhões). “O Governo do Estado vem atuando em muitas frentes e por meio de diversos órgãos para melhorar a arrecadação. E este resultado do trabalho da Procuradoria da Dívida Ativa da PGE-RJ com certeza contribui para o crescimento do nosso estado e para a melhor gestão dos recursos públicos”, declarou o governador Cláudio Castro.

EUA

Furacão causa destruição na Flórida e deixa vários mortos

O furacão Milton chegou à costa da Flórida às 20h30 (21h30 no horário de Brasília) de quarta-feira, tocando o solo de Siesta Key, perto da cidade de Sarasota, com força de categoria 3 e ventos sustentados de 205 km/h, que faziam dele um furacão de grande intensidade. Na madrugada desta quinta-feira, ele enfraqueceu para a categoria 1, enquanto se movia pela Flórida, mas alertas sobre o efeito devastador, incluindo inundações repentinas, permanecem ativos. Segundo as autoridades locais, mais de 10 pessoas morreram, mas este número deve aumentar.

O centro do furacão Milton está saindo do continente, se movendo para a costa leste da Flórida, com ventos máximos sustentados de 137 km/h, de acordo com o Centro Nacional de Furacões.

Espera-se que Milton continue a se afastar da península e siga para o norte das Bahamas.

A maior preocupação, no momento, são as fortes chuvas e o risco de inundações, que já atingem várias cidades. Uma onda de tornados também causa estragos. Na cidade de Fort Pierce, os ventos causaram mortes.

O perigo das rajadas de vento levaram as autoridades de Tampa a suspenderem os serviços de emergência até que seja seguro para os socorristas.

Ao menos 400 mil pessoas estão sem energia na cidade, segundo a chefe dos bombeiros

da cidade, Barbara Tripp, em entrevista à CNN norte-americana.

Autoridades do condado de Martin, na Flórida, afirmam que foram registrados vários feridos e dezenas de casas foram danificadas à medida que o furacão Milton atinge o Estado com ventos fortes, chuva intensa e tornados prejudiciais.

Antes mesmo de tocar o solo, o furacão provocou uma série de tornados na parte central do Estado, onde está localizada a cidade de Orlando, e no sudeste.

Imagens da ventania viralizaram nas redes sociais. Segundo autoridades, diversas mortes foram registradas numa comunidade de aposentados na cidade de Fort Pierce durante a onda de tornados, mas ainda não foram divulgadas mais informações nem o número de vítimas.

Além dos ventos, autoridades temem as chamadas “storm surges”, ou marés de tempestades, que acontecem quando a água do oceano é empurrada para a costa pelos ventos - historicamente, esta tem sido a principal causa de morte por furacões. Se a onda ocorrer durante a maré alta, pode ter efeitos de longo alcance. Segundo o NHC, elas podem atingir entre 2,7 e 3,8 metros.

Na Baía de Tampa, a água está recuando conforme o furacão se desloca para o sul. Autoridades locais, no entanto, alertaram a população para os riscos fatais para os curiosos em ver o fenômeno de perto: “Não

entre na água que está recuando na Baía de Tampa. A água voltará com a maré de tempestade e representa um risco de morte”, disse a Divisão de Gerenciamento de Emergências da Flórida.

Zonas de seis condados do Estado receberam ordens de evacuação obrigatórias, enquanto outras estão sob alerta de emergência. A situação mais dramática é na costa oeste, onde está localizada a Baía de Tampa, onde estão cidades grandes como Clearwater e Saint Petersburg.

Na cidade de Tampa, o parque Busch Gardens fechou as portas diante da proximidade do furacão. Em outros pontos turísticos da costa da Flórida, como Venice, moradores também estão procurando abrigos.

Os ventos danosos do furacão também foram acompanhados por chuvas pesadas. Bombeiros disseram que um guindaste caiu no centro de St. Petersburg, mas não há relatos de feridos.

O teto do Tropicana Field, onde o time de beisebol Tampa Bay Rays joga, também em St. Petersburg, foi arrancado com a força do vento. Nenhum ferimento foi relatado, mas o governo local pediu ao público que evitasse a área até novo aviso.

Siesta Key, onde Milton atingiu, é uma ilha ao largo de Sarasota com praias de areia branca e tem cerca de 5,5 mil moradores. A comunidade fica a cerca de 113 quilômetros ao

sul de Tampa, que é a cidade onde se espera que o furacão Milton seja mais devastador, de acordo com as previsões meteorológicas.

De um total de 67 condados, 51 estão em Estado de emergência e 15, com uma população combinada de 7,3 milhões de pessoas, receberam ordens de retirada por causa da tempestade - que registrou a intensificação mais rápida da História e ameaça inaugurar uma nova categoria máxima, a de número 6, com ventos de mais de 307 km/h.

Mesmo após se deslocar da costa da Flórida para o Oceano Atlântico, o furacão continuará a atingir a costa leste do Estado com ventos e chuvas intensos, causando inundações generalizadas devido à tempestade.

Autoridades informaram que esforços de busca e resgate estão em andamento na Flórida depois que tornados perigosos devastaram a região.

Antes mesmo de chegar à costa, vários tornados gerados pelo Milton atingiram a Flórida. Três escritórios do Serviço Nacional de Meteorologia da Flórida em Miami, Tampa e Melbourne emitiram mais de 130 alertas de tornado associados ao furacão Milton até a noite da quarta-feira.

O chefe de polícia de St. Lucie, Keith Pearson, relatou a morte de moradores com a passagem dos tornados. Em entrevista à *WPBF News*, Pearson, não detalhou qual seria o número de vítimas no local.

MÉXICO

Trump diz que aplicará tarifa de 100% a 200% a carro chinês

PATRICIA LARA/AE

O ex-presidente dos Estados Unidos e candidato do Partido Republicano à Casa Branca, Donald Trump, voltou a abordar as medidas sobre o ingresso de carros da China no país e disse que pretende impor tarifas de 100%, talvez 200%, às empresas chinesas que fabricam veículos no México.

Em discurso em evento no Clube Econômico de Detroit,

Trump reiterou, ontem, que tentará reduzir o imposto das empresas de 21% para 15%, mas só para as companhias que fizerem seus lucros nos EUA.

O ex-presidente voltou a prometer que tornará a indústria automotiva dos EUA mais forte e dinâmica. “Nossa indústria terá um renascimento nunca visto antes”, disse. “Quero que as companhias da Alemanha construam unidades nos EUA”.

E afirmou: “Para países que estiverem roubando nossos negócios, eu colocarei tarifas.”

O candidato republicano citou que quase 4 milhões de empregos foram perdidos nos EUA após políticos globalistas promoverem dois acordos dos quais ele discorda: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) - que ele aboliu - e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). “Foram duas coisas

muito caras”, afirmou.

Trump disse ainda que o déficit de US\$ 1,8 trilhão será reduzido a praticamente “nada”, se ele for eleito.

Citando o contexto dos preços elevados de carros e imóveis e os níveis altos dos juros em diversos setores da economia americana, Trump disse que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) reduziu a taxa básica um pouco rapidamente.

ONG

Vida selvagem diminui 73% em 50 anos, diz relatório da WWF

CARLA QUIRINO/RTP

Relatório da organização não governamental (ONG) World Wide Fund for Nature (WWF), divulgado ontem, alerta para o “declínio catastrófico” de 73%, nos últimos 50 anos, do tamanho médio das populações de vida selvagem. Só a América Latina e Caribe viram cair 95% dessas populações. A organização de preservação da natureza adverte que os próximos cinco anos vão determinar o futuro da vida na Terra.

Desde elefantes em florestas tropicais a tartarugas-de-pente na Grande Barreira de Corais, as populações estão diminuindo de forma “catastrófica”, afirma a ONG, que desde 1961 trabalha na área de preservação da natureza e redução do impacto humano no meio ambiente.

Os maiores declínios nas populações de vida selvagem foram registrados na América Latina e no Caribe, de 95%. A África tem menos 76% e a Ásia-Pacífico, menos 60%.

O relatório Planeta Vivo, da WWF, deixa claro que, à medida que a Terra se aproxima de pontos perigosos de inflexão de ameaça à humanidade, maior esforço coletivo será necessário para enfrentar as crises climáticas e naturais. Porém, a margem é curta para inverter a tendência. A análise afirma que o futuro da vida na Terra depende do que acontecer nos próximos cinco anos.

O Índice Planeta Vivo (LPI), fornecido pela Sociedade Zoológica de Londres, inclui quase 35 mil tendências populacionais de 5.495 espécies - aves, mamíferos, anfíbios, répteis e peixes - registradas entre 1970 e 2020. O declínio maior ocorre nos ecossistemas de água doce que apresentaram redução de 85%, seguido pelos terrestres, que decresceram 69%. A vida marinha caiu 56%.

A perda e a degradação de habitats têm sido impulsionadas principalmente pelo sistema alimentar humano e é a ameaça à vida selvagem mais relatada,

indica o relatório. A exploração desenfreada de recursos naturais, as espécies invasoras, a poluição e as doenças estão também identificadas como causa do declínio.

Mike Barrett, principal autor e consultor científico da WWF, disse que, devido à ação humana, “particularmente a maneira como produzimos e consumimos nossos alimentos, estamos cada vez mais perdendo o habitat natural”.

“O declínio nas populações de vida selvagem pode atuar como indicador de alerta precoce do aumento do risco de extinção e da perda potencial de ecossistemas saudáveis”, explica o documento.

Para Kirsten Schuijt, diretora-geral da WWF Internacional, “a natureza emite um pedido de socorro. As crises interligadas de perda da natureza e mudanças climáticas estão a empurrar a vida selvagem e os ecossistemas para além dos seus limites”.

Quando os ecossistemas são

prejudicados, deixam de fornecer à comunidade humana os benefícios dos quais todos dependem - ar limpo, água e solos saudáveis para alimentação. E por estarem danificados, esses ecossistemas se tornarão mais vulneráveis a momentos de mudança.

Essas alterações podem ser considerados pontos de inflexão e ocorrem quando um ecossistema é empurrado além de um limite crítico, resultando em mudanças substanciais e potencialmente irreversíveis.

A perda de espaços selvagens está “pondo muitos ecossistemas à beira do abismo”, reitera a diretora da WWF no Reino Unido, Tanya Steele, destacando que muitos habitats, da Amazônia aos recifes de corais, estão “à beira de pontos de inflexão muito perigosos”.

O potencial “colapso” da floresta amazônica, está em curso porque deixará de ter capacidade de reter o carbono que aquece o planeta e mitigar os impactos das alterações climáticas.